

CONTRIBUIÇÃO DAS IRMÃS DA CARIDADE NA ASSISTÊNCIA A SAÚDE E NO DESENVOLVIMENTO DA ENFERMAGEM NO CEARÁ¹

Silvia Maria Nóbrega-Therrien²

Maria Irismar de Almeida³

Emanoela Therezinha Bessa Mendes⁴

Tatiana do Nascimento Paiva⁵

Ana Virgínia de Sousa Rocha⁶

Rafael Souza Ferreira⁷

RESUMO: Ao reconstituir a História da Formação Profissional da Enfermeira no estado do Ceará, no período de 1943 a 1977, tendo como foco a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), visando à preservação e socialização da História e da Memória desta categoria profissional neste estado; em estudos preliminares, detectou-se a contribuição das religiosas vicentinas na assistência aos enfermos e na formalização do ensino de enfermagem no Ceará. A formulação desta assertiva origina-se de estudo documental realizado em acervos particulares da Congregação das Irmãs da Caridade Filhas de São Vicente de Paulo, do Colégio Imaculada Conceição e em documentos institucionais dos cursos de Enfermagem das Universidades Federal e Estadual do Ceará nos meses de janeiro a abril de 2012. Ainda serviram como subsídios teóricos deste trabalho, documentos encontrados nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, Hospital Geral Militar de Fortaleza, Instituto Dr Jose Frota, Instituto Histórico Geográfico Antropológico do Ceará, Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel e Seminário Provincial da Prainha. O texto ora escrito apresenta, inicialmente, as origens das Irmãs da Caridade Filhas de São Vicente de Paulo no mundo, no Brasil e no Ceará, para posteriormente, caracterizar sua contribuição no âmbito da saúde e nos primórdios da institucionalização do ensino formal de enfermagem no Ceará. Diante deste estudo, observa-se que assim como ocorreu a nível internacional e nacional, no Ceará, o desenvolvimento da profissão enfermagem sofreu influência de dois aspectos: religião e guerra.

PALAVRAS-CHAVE: História da Enfermagem. Religião. Assistência a Saúde.

ABSTRACT: To reconstruct the history of Vocational Nurse in the state of Ceará, in the period from 1943 to 1977, focusing on the Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), aiming at the preservation and socialization of History and Memory in this occupational category state, in preliminary studies, noted the contribution of

¹ Eixo História da Saúde e da Doença

² Enfermeira. Pós-doutora em Educação pela Universidade de Valência, Espanha. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista em Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). E-mail silnth@terra.com

³ Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: irismaruece@gmail.com

⁴ Enfermeira. Discente do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual do Ceará (CMAE/UECE). Bolsista da Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa (FUNCAP) E-mail: emanoelabessa@hotmail.com

⁵ Graduanda em Química da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará (IC/UECE).

⁶ Graduanda em Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista Voluntária de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Ceará (PROVIC/UECE).

⁷ Graduando em Enfermagem da Universidade Estadual do Ceará. Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Cearense de Amparo a Pesquisa (IC/FUNCAP).

religious vicentinas in helping the sick and the formalization of nursing education in Ceará. The formulation of this assertion stems from desk study conducted in private collections of the Congregation of the Sisters of Charity Daughters of St. Vincent de Paul, College of the Immaculate Conception and institutional documents of the class of the Nursing of the Federal and of the State University of Ceara in January to April 2012. Also served as a theoretical basis of this work, documents found in the archives of the Saint Charity House of Fortaleza, Psychiatric Hospital Saint Vincent de Paul, Military General Hospital of Fortaleza, Dr Jose Frota Institute, Institute of Anthropological History Geographic Ceará, State Public Library Governor Menezes Pimentel and Provincial Seminary of Prainha. The text now written initially presents the origins of the Sisters of Charity Daughters of St. Vincent de Paul in the world, in Brazil and Ceará, to later characterize his contribution in the field of health and in the beginning of the institutionalization of formal education in nursing Ceará. Before this study, it was observed that as did the international and national level, in Ceará, the development of the nursing profession was influenced by two things: religion and war.

KEYWORDS: History of Nursing. Religion. Health Care.

INTRODUÇÃO e OBJETIVOS

Ao reconstituir a História da Formação Profissional da Enfermeira no estado do Ceará⁸, no período de 1943 a 1977, destacando a trajetória da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP), visando à preservação e socialização da História e da Memória desta categoria profissional neste estado; em estudos preliminares, detectou-se a contribuição das religiosas vicentinas tanto na assistência aos enfermos deste território, mediante a administração e prestação de cuidados em quatro nosocômios e em setes postos de saúde da capital; quanto na formalização do ensino de enfermagem no Ceará, por meio da organização de cursos de Emergência de Voluntárias Socorristas e de Defesa Passiva Anti-aérea, e do curso de Enfermagem propriamente com a instalação da Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (EESVP) nas dependências do Patronato Nossa Senhora de Auxiliadora, instituição mantida pela Congregação das Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo.

O CAMINHO METODOLÓGICO TRILHADO

A pesquisa em questão trata-se de um estudo documental⁹, uma vez que, “realizou-se sobre materiais que se encontravam elaborados, mas que não haviam

⁸ Projeto ‘*Preservação da Memória da Enfermagem no Estado do Ceará: a história da profissão e o Centro de Documentação*’ elaborado pelas professoras Dra. Silvia Maria Nóbrega-Therrien e Maria Irismar de Almeida, subsidiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), por meio do Edital Universal nº 014/2011, aprovado em dezembro de 2011.

⁹ Segundo Bandeira (2005; p.143 a 146) a análise documental surge em 1920 na área da imprensa como técnica de pesquisa para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da informação; em 1940 a análise documental já é aceita sendo acompanhada por outras técnicas e metodologias de pesquisa que possibilitam aprofundar a percepção dos conteúdos latentes de conhecimentos não passíveis de quantificação, paulatinamente a análise documental vai se inserindo no campo reflexivo da pesquisa qualitativa.

recebido tratamento de análise e síntese” (SANTOS, 2003; p.172); desenvolvido em acervos particulares da Congregação das Irmãs da Caridade Filhas de São Vicente de Paulo, do Colégio Imaculada Conceição e em documentos institucionais dos cursos de Enfermagem das Universidades Federal e Estadual do Ceará nos meses de janeiro a abril de 2012.

Ainda serviram como subsídios teóricos deste trabalho, documentos encontrados nos arquivos da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, Hospital Geral Militar de Fortaleza, Instituto Dr Jose Frota, Instituto Histórico Geográfico Antropológico do Ceará, Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel e Seminário Provincial da Prainha.

O material, objeto de estudo da análise documental, pode ser classificado conforme a natureza de sua importância¹⁰ (TRUJILLO FERRARI, 1982), a fonte (RAMPAZZO, 2004) entendida como a origem do documento, ou o tipo de documento (LAKATOS e MARCONI, 1991). Nesta análise documental, considera-se, quanto à natureza de sua importância, como documentos de primeira mão (fonte primária), pois são de natureza inédita e foram recolhidos, organizados e formulados pela pesquisadora (TRUJILLO FERRARI, 1982; p.225); quanto a fonte, como oriundos de arquivos privados; e quanto ao tipo de documento, como documentos escritos. Como se pode perceber o documento é uma fonte material de informações, na qual sua materialidade não se restringe apenas a papéis, (LAKATOS e MARCONI, 1991; p. 178-182) ela o transcende¹¹. É um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. (LE GOFF, 1994; p.547-548)

Ainda quanto à natureza de sua importância Duffy (2008) pontua que as fontes primárias podem ser subclassificadas em fontes primárias deliberadas ou fontes primárias inadvertidas. Neste caso considera-se a princípio que os documentos como fontes primárias inadvertidas, pois foram criados para servir as práticas e necessidades de uma época, não necessariamente aos objetivos desta pesquisa.

¹⁰ Grifos da autora.

¹¹ Le Goff (1994; p.542) esclarece que a utilização de documentos de maneira crítica inicia-se no final do século XVII quando Don Jean Mabillon publica a obra *De re diplomatica*, ocorrendo o apogeu do uso de documentos nas pesquisas historiográficas com a ascensão da escola positivista, sendo seu conceito ainda restrito a textos. Com o desenvolvimento da História Nova amplia-se o conceito de documentos, abrangendo também os documentos não escritos, mas ilustrados, auditivos, visuais ou de qualquer outra maneira; alcançando o máximo de sua utilização em 1960, período que coincide com a revolução documental e tecnológica e com o surgimento da história quantitativa, serial. A partir de então, a memória coletiva valoriza-se, instituindo-se em patrimônio cultural.

As fases ou etapas de trabalho da análise documental são: determinação dos objetivos, elaboração do plano de trabalho, identificação das fontes, localização das fontes, compilação e organização do material, leitura, fichamento, análise e interpretação, e redação final. (GIL, 1991) Complementa o esquema de Gil, Duffy (2008), ao atentar para o tipo de abordagem do documento, que segundo sua explicação, neste estudo opta-se pela abordagem orientada para a fonte, na qual o pesquisador não dirige perguntas predeterminadas para as fontes, mas é conduzido pelo material que elas contêm. Só a análise do documento enquanto monumento permite a Memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1994; p.547-548)

OS ACHADOS

Sobre as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo

Em 23 de agosto de 1617, Vicente de Paulo fundou a Confraria da Caridade, em Châtillon-les Dombes, cidade da diocese de Lião, reunindo oito senhoras para servir aos pobres doentes daquela localidade, socorrendo-lhes o corpo e alma, “ao corpo, alimentando-o e dando-lhe remédios, e, a alma, dispendo a bem morrer os que se aproximam da morte e a bem viver, quem se curar” (CUNHA, 1993; p.1) Paulatinamente, a Confraria da Caridade foi surgindo em outras cidades da França, até chegar à sua maior povoação, Paris, onde, em 29 de novembro de 1633, surge a primeira Casa de Caridade. Esta data é considerada como a data de fundação da Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo Servas dos Pobres. (PUGIOLI, 2004)

Conforme Antunes (1991), essa congregação diferia das ordens hospitalárias medievais, pois não foi organizada de modo conventual, não possuía clausura nem mosteiro, sua atuação se pautava na execução das tarefas de enfermagem e de assistência espiritual. As Irmãs da Caridade percorriam as ruas das cidades e os atalhos das aldeias para socorrerem todos os que estavam em necessidade. Outra inovação das Filhas da Caridade era que as mesmas não faziam votos perpétuos, sendo isso algo existente ainda hoje. Todos os anos na festa da Anunciação do Senhor as Irmãs da Caridade no mundo todo renovam seus votos de castidade, obediência, pobreza e de serviço aos pobres. (PUGIOLI, 2004; p.92)

Em 1668, a Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo Servas dos Pobres teve a aprovação junto do Papa Clemente IX, após 35 anos de trabalho em

favor dos necessitados de quase todo o continente europeu, Ásia e África. (REVISTA DO JUBILEU, 2007; p.8)

No Brasil, mediante o pedido de Dom Antonio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana/MG, no período de 1844 a 1875; ao Padre Jean-Baptiste Etienne, Superior Geral da Companhia das Filhas da Caridade foi organizada a vinda de doze Irmãs ao Brasil para amenizar as dores dos pobres, escravos e doentes deste território. Uma comitiva formada por seis padres da Missão, três Irmãos coadjutores (Gabet, Monteil e João Rodrigues da Cunha - único brasileiro) e doze Irmãs da Caridade (Dubost – irmã superiora, Rouy, Laveissière, Mass, Lenormand, Martinier, Rigail, Millet, Chazet, Bonnardet, Lezart, Charpentier e Odet) saiu do Porto de Havre, em Paris com destino a cidade de Mariana, em Minas Gerais, em 25 de novembro de 1848.

A bordo do veleiro *Etoile Du Matin* chegaram ao Porto do Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1849, e após trinta dias na capital do Império, hospedadas no Convento das Freiras Franciscanas, prosseguiram em uma desgastante viagem terrestre a Mariana/MG, sob o lombo de burros, chegando em 3 de abril de 1849. Ao chegarem à referida cidade mineira, as Irmãs após conhecerem a população local, dedicaram-se a visitas aos pobres e ao cuidado dos doentes no Hospital Nossa Senhora das Vitórias. Posteriormente, fundaram a primeira casa das Filhas da Caridade no Brasil, a Casa da Providência, na qual residiam e fabricavam sabão líquido, sabonetes e brilhantinas cuja venda auxiliava na manutenção dos orfanatos; e o Colégio da Providência, um dos primeiros estabelecimentos secundários para a juventude feminina em Minas Gerais. Conforme Magalhães Junior (p.79) a educação feminina no Brasil começou a se intensificar a partir do final do período do Império (1822 a 1889) quando se presenciou um desenvolvimento ascendente de escolas para meninas que tiveram as religiosas como elementos fundamentais no exercício do magistério.

No Ceará, as primeiras Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo chegaram a sua capital, Fortaleza, em 24 de julho de 1865, num número de sete, foram elas: Margarida Bazet (Irmã Superiora), Luiza Gagné, Cassin, Marie, Rouchy, Lecorré e Gonçalves, esta última era a única de nacionalidade portuguesa.

No Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará (1914) e na obra que relata a fundação do Colégio Imaculada Conceição (1999), há descrições sobre a chegada das Irmãs da Caridade em Fortaleza, nas quais observa-se que a sua distinta presença suscitou a curiosidade dos habitantes desta cidade.

“Uns ajoelhavam-se, outros aproximavam-se querendo apalpar a corneta, para verificar se era de papel. Nas portas e janellas das casas agglomeravam-se os moradores curiosos; nas ruas corriam em bandos os meninos e as meninas em cortejo as Irmãs”. (ALBUM HISTORICO DO SEMINARIO EPISCOPAL DO CEARÁ. Em comemoração as ‘bodas de ouro ’de sua fundação. Fortaleza, Ceará. 1914. p 25-26.)

A vinda das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo foi solicitada pelo bispo Dom Luis Antônio dos Santos, que nas circunvizinhanças da Capela da Conceição, ou Igreja da Prainha, construíra um colégio e um orfanato. Posteriormente, as Irmãs foram responsáveis pela fundação do Colégio das Órfãs, atual Colégio da Imaculada Conceição (CIC), que na sua origem teve a dupla finalidade de abrigar e educar as inúmeras órfãs, em decorrência da cólera, moléstia que assolava o Ceará àquela época. As órfãs além do ensino formal, recebiam formação moral e religiosa, e desenvolviam habilidades manuais. No dia 15 de agosto de 1866 funda-se o CIC com a seguinte pedagogia, “o ensinamento da piedade e da virtude, após isso, o aprendizado das diversas tarefas femininas, depois se ministrando os conhecimentos elementares indispensáveis para a cultura da época” (CAMPOS, 1999). Em 1884, inaugura-se o Externato São Vicente de Paulo onde meninas pobres aprendiam música, leitura e trabalhos manuais. Para os meninos, filhos de operários e das famílias assistidas pelas Senhoras da Caridade, abriu-se o Externato Jesus Maria José. Logo após, inaugurou-se o Externato São Rafael, em março de 1901, destinado aos irmãos das meninas do CIC, deste Externato surgiu o Colégio Cearense, dos Irmãos Maristas (CAMPOS, 1999).

À medida que a demanda de alunos aumentava, crescia as atividades das Irmãs e conseqüentemente se inauguravam outros Patronatos e Escolas tais como: Patronato Nossa Senhora de Auxiliadora (24/05/1920); Patronato de São João do Tauapé (15/03/1931); Patronato Santa Luisa de Marillac (28/01/1934), Patronato Sagrada Família (08/08/1935), Escola Doméstica São Rafael (02/03/1936), Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (15/02/1943), Patronato São Pedro (07/02/1944), Casa de Formação D. Manoel (02/08/1950), Ginásio Santa Maria Goretti (15/02/1951).

Em 29 de novembro de 1957, mediante o desenvolvimento da Companhia no estado foi institucionalizada a Província das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo de Fortaleza, em uma das dependências do CIC; que se responsabilizaria pelos assuntos da Companhia em todos os estados do Nordeste e nos territórios do Acre, Roraima, Amapá e Fernando de Noronha. Atualmente, a Província das Filhas da Caridade de São

Vicente de Paulo de Fortaleza administra, especificamente, a Congregação em três estados da região Nordeste, sendo eles, Ceará, Piauí e Maranhão, e conjuntamente com as Províncias da Amazônia, Belo Horizonte, Recife, Curitiba e do Rio de Janeiro desenvolve ações de caridade pelo país. (REVISTA DO JUBILEU, 2007)

A partir desse esboço percebemos que as Irmãs da Caridade Filhas de São Vicente atuaram de maneira significativa no campo educacional do estado do Ceará, ao administrarem a primeira escola direcionada especificamente à formação feminina deste estado. Percebemos também, que num contexto agressivo, constantemente abalado pelas intempéries da seca, a atuação das Irmãs da Caridade Filhas de São Vicente no campo educacional também se caracterizou pelo aspecto assistencialista, pois nos mesmos alicerces em que se constituía a formação educacional da mulher cearense também se abrigava as órfãs desvalidas desta terra.

A contribuição das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo na assistência aos enfermos no Ceará

Paralelo ao exercício de atividades nas áreas da educação e assistência social é indiscutível a presença das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo nas instituições de assistência a saúde do Ceará. Conforme Antunes (1991; p.42) “cuidar dos enfermos, desde o século IV d.C., era reconhecida como uma das sete tarefas de caridade cristã, assim como, alimentar os famintos, saciar a quem tem sede, hospedar os estrangeiros, agasalhar quem passa frio, visitar os presos e sepultar os mortos”. Na Revista do Jubileu (2007) e nos documentos manuscritos encontrados no Seminário da Prainha, as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo trabalharam em quatro instituições hospitalares no Ceará e em alguns dispensários, atuais postos de saúde, fundados e administrados, na época, pelo Clero cearense. Dentre estas instituições hospitalares a que primeiro as recebeu, foi a Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, logo após o Asilo de Alienados, depois o Hospital Pronto Socorro da Assistência Municipal de Fortaleza e por último o Hospital Geral Militar de Fortaleza.

As Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo foram as religiosas que assumiram atividades gerenciais e assistenciais em diversos setores da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza¹², permanecendo neste nosocômio durante 101 anos, sendo

¹² A Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza iniciou suas atividades em 14 de março de 1861. A gênese para a sua criação partiu do Presidente da Província do Ceará, o Sr Antonio Marcelino Nunes Gonçalves, mediante a ausência de serviços de assistência aos enfermos nesta cidade. No princípio e durante todo período Imperial, o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Fortaleza era o próprio Presidente da Província, substituído em suas ausências pelo Vice Provedor. Existia ainda uma Mesa Administrativa

que a partir de março de 1971¹³, iniciou-se o processo de substituição das mesmas pelas enfermeiras formadas pela EESVP. Conforme documentos avulsos encontrados no acervo desta Instituição, para se encarregarem do tratamento dos enfermos, por meio da Resolução n° 1232, de 3 de dezembro de 1867, autorizou-se a Mesa Administrativa a mandar contratar no Rio de Janeiro quatro irmãs de caridade, e em 20 de janeiro de 1870 desembarcaram no Ceará as Irmãs Marie Benoit (Eleonora Matilde Benoit), Vicence Merrie (Anne Elisabeth Merie), Josefa Nunes (Jacinta Moraes Nunes) e Vivencia Ferreira, ingressando na Santa Casa, no dia 2 de fevereiro de 1870¹⁴.

As Irmãs atuavam no atendimento aos pacientes e nos trabalhos de cozinha, limpeza e administração (REVISTA DO JUBILEU, 2007) em três categorias distintas, sendo elas: Irmã Enfermeira, Irmã Ajudante e Irmã Auxiliar, segundo contrato lavrado em 13 de maio de 1970 encontrado em leituras realizadas das Atas da Mesa Administrativa da Irmandade Beneficente da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza.

Neste contexto organizacional, as Irmãs recebiam da Irmandade um auxílio financeiro mensal de acordo com as atividades exercidas, que não se constituía em salário, além da habitação com mobiliário adequado, vestuário de trabalho, alimentação, insumos de higiene pessoal e transporte em automóvel de serviço.

constituída por mordomos designados anualmente pelo Presidente da Província. Para a administração da Santa Casa foi instituído em 4 de agosto de 1860, pela Resolução n° 928, a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, cujo estatuto foi aprovado em 19 de setembro de 1861, sob o n° 1009. Com a Constituição de 1891, que determinou a separação entre Igreja e Estado, a Santa Casa reformulou seus estatutos, o Governador do Estado tornar-se-ia o Provedor Honorário, e o Vice Provedor, responsável maior pela administração da Instituição, seria alguém nomeado diretamente pelo Chefe de Estado. Em 1915, por meio da Lei Estadual n° 1296 de 31 de agosto, a Santa Casa tornou-se uma Instituição completamente independente a nível administrativo e financeiro da política. Nessa transformação, o Bispo de Fortaleza tornava-se obrigatoriamente o Provedor do Hospital; manteve-se o cargo de Vice Provedor e a Mesa Administrativa. Em 1956, outra reforma nos Estatutos da Santa Casa se efetivou. A pedido do próprio corpo religioso do Estado, foi retirado do Arcebispo de Fortaleza o gozo permanente do cargo de Provedor nato desta Instituição, tornando-se o Provedor Emérito. A partir de então, o Provedor passou a ser eleito em Assembléia Geral de comparecimento dos irmãos ou sócios da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia e escolhidos entre os mesmos. (SÍNTESE DE DOCUMENTOS AVULSOS ENCONTRADOS NO ACERVO DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE FORTALEZA, ABRIL/2012)

¹³ Quem primeiro solicitou quebra de contrato foram as Irmãs de Caridade do Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, conforme ata de 20 de maio de 1970 (p.175). No ano sucessor a Irmã Cals, Supervisora Geral das Irmãs de Caridade, recebe a minuta de rescisão antecipada de contrato que lhe fora enviada por ofício pelo Senhor Provedor da Santa Casa (ATA, 31/03/1971, p.18), na qual fora assinada em 13 de março de 1971 permanecendo na instituição quatro irmãs, prestando seis horas de serviço.

¹⁴ Antes da existência deste contrato atuavam no Hospital da Santa Casa médicos, nomeados, a época, de facultativos e enfermeiros. Com a vinda de Irmãs de Caridade para a Santa Casa observa-se que estas assumem algumas destas atribuições ora estabelecidas para os enfermeiros e que a Irmã Superiora auxilia a Mesa Administrativa na gerência da Instituição. (TERMO DE COMPROMISSO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DA PROVINCIA DO CEARA. 1861. TIPOGRAFIA BRASILEIRA DE PAIVA & C.)

Durante essa longa permanência da Santa Casa fatos inusitados relacionados às Irmãs também ocorreram. No *Livro 189: Registro dos principais atos e fatos relacionados com a vida da Arquidiocese de Fortaleza* (1/1/1942) do acervo do Seminário da Prainha encontrou-se um vestígio de que a convivência entre as Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e a Direção da Santa Casa de Misericórdia em alguns momentos não fora amistosa.

13 de Junho – Reina grande inquietação na Sta Casa de Misericórdia. O Sr Vice-Provedor em exercício deu poderes muito amplos ao Dr Miguel Martins para agir como superintendente na administração da Sta Casa. Forte diligência entre este senhor e as religiosas, entre pessoas da confiança dele e as mesmas Religiosas. Levaram a situação das Irmãs ao extremo, temendo de um momento para o outro a retirada das mesmas. O Sr Arcebispo, em várias reuniões onde compareceram o Exmo. Interventor e o Exmo Secretário do Interior, o Vice-Provedor e alguma vez o Dr Miguel Martins para solucionar as dificuldades. Nesta data [13 de junho] [O Sr Arcebispo] escreve uma carta ao Exmo Sr Interventor solicitando ação mais enérgica no caso que se agrava, pedindo que consiga por empenhos a transferência da enfermeira chefe D Maria do Carmo e a do Dr Viscal da Saúde, que era o mesmo superintendente. (Livro 189: Registro dos principais atos e fatos relacionados com a vida da Arquidiocese de Fortaleza em 1/1/1942, p.19)

Sobre a presença das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no Hospital Psiquiátrico São Vicente de Paulo, infere-se a permanência das mesmas durante 80 anos, desde 1890, sendo que esta Instituição, conhecida, na época, como “Asilo dos Alienados”¹⁵, havia sido criada em 1º de março de 1886, pelo vice-provedor da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, Severiano Ribeiro da Cunha e tinha como diretores, Jose Theophilo Rabelo, Casimiro Montenegro, Zacharias Gondim e Nogueira Brandão (STUDART, 2001, p.341). Tendo também, a partir de 1970, iniciado movimento de retirada das Irmãs do Hospital, tendo sido suas primeiras enfermeiras laicas, Maria Susana Castelo Branco Bessa de Castro e Olga Mendes Façanha (ATA DO ASILO DE ALIENADOS, 20 de maio de 1970, p.175). No acervo desta Instituição, mais precisamente nas atas de inauguração de seus pavilhões e em atas existentes na Provedoria da Santa Casa de Misericórdia, foram encontrados os nomes das seguintes Irmãs da Caridade, como superiores deste hospício, em datas específicas: Ir Thomaz (1907), Ir Marcadé (1920), Ir Lerte (1927), Ir Agostinha (1933), Ir Correia (1939), Ir Ribeiro (s/d), Ir Mota (1945), Ir Catarina (1960) e Ir Cecilia Gonçalves (1968).

Na ata da Mesa Administrativa da Irmandade Beneficente da Santa Casa, de 29 de outubro de 1903 (p.15) embora não se informe o nome da Irmã Superiora do Asilo de

¹⁵ Sua construção foi erguida em um terreno doado pelo mordomo Manuel Francisco da Silva Albano, na Estrada Empedrada de Arroches, hoje Avenida João Pessoa, no bairro da Parangaba.

Alienados encontrou-se, pela primeira vez, uma referência sobre a atuação da mesma, no que se refere à apresentação de contas sobre o pagamento de funcionários e fornecimento de alimentação. Nessa mesma referência informa-se que naquele período havia mais três Irmãs de Caridade trabalhando na instituição. Conforme Regulamentos Internos de 1917 e 1936, a Irmã Superiora do Asilo ainda receberia e administraria os produtos confeccionados pelos loucos nas oficinas do Hospício e o sítio do Asilo existente nas mesmas dependências do Hospício. Esta Irmã ainda seria responsável pelo controle do registro dos doentes internos do Hospital em livro próprio. Detecta-se na ata de 26 de novembro de 1903 (p.17) como uma atribuição voluntária e específica da Irmã Superiora do Asilo de Alienados a construção e direção da Escola Dominical em terreno situado na frente do supra mencionado estabelecimento de saúde.

A atuação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no Instituto Dr José Frota, a partir de 1943, inicialmente conhecido por Hospital Pronto Socorro da Assistência Municipal de Fortaleza, também é referida. As Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo que vieram primeiro se agregar ao corpo de trabalho do HPS/AMS, foram, Helena Correia, Vicência Pompeu e Maria Eulália. Progressivamente, sendo aumentado este contingente com a aglutinação das Religiosas Enfermeiras das primeiras turmas de enfermeiras da EESVP, sendo elas – Ester Reis de Carvalho (Ir Suzana), Maria de Souza Costa (Ir Josefa), Maria Lidia Pinheiro (Ir Pinheiro), Ir Francisca das Chagas Figueiredo, Ir Ana Martins Duarte, Ir Orminda Santana de Oliveira, Ir Syrene de Castro Bonfim, Ir Maria do Carmo Barbosa, Ir Maria Francisca Caminha Muniz, Ir Maria Jose de Queiroz e Ir Maria do Rosário Campanha. (GONÇALVES, 1999; p.43)

Também é verídica a existência de Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo no Hospital Geral Militar de Fortaleza¹⁶ a partir de 1948. No começo atuavam em regime de clausura três irmãs, que a partir de 1948 aumentou para cinco, em 1974 aumentou para oito, e que em 1977, saíram do Hospital, a exemplo do que ocorria nos demais hospitais gerais do estado. (REVISTA DO JUBILEU, 2007)

¹⁶ O Hospital Geral Militar de Fortaleza (HGeMF) foi criado pelo Decreto-Lei nº 4.302, publicado no D.O. do dia 19 de junho de 1942, com a designação de Hospital Militar de 3ª Classe da 7ª Região Militar, com sede em Fortaleza, sendo inaugurado no dia 10 de novembro de 1942, provisoriamente em prédio residencial localizado à rua General Clarindo de Queiroz nº 1486, no centro de Fortaleza. O HGeMF iniciou seu funcionamento com 70 leitos, número esse suficiente às necessidades da recém-criada 10ª Região Militar, entretanto no dia 1º de março de 1948, transfere-se para as atuais instalações, situado na Av. Desembargador Moreira, onde permanece até hoje.

“Hospital do Exército: 4 de novembro de 1947 – Aprova-se a fundação de uma nova casa de Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo para o serviço dos enfermos do Hospital Militar do Exército. Evocam-se as bênçãos de Deus sobre esta nova fundação” (Livro 189: Registro dos principais atos e fatos relacionados com a vida da Arquidiocese de Fortaleza (1/1/1942), p.33 e 54).

Acerca das atividades desenvolvidas pelas Irmãs nesta instituição, seus contratos de renovação de prestação de serviço são pouco esclarecedores, contudo encontramos, na leitura de alguns Boletins Internos, vestígios das atividades desenvolvidas pelas religiosas:

Designo a Irma Vicencia para as 1º, 2º e 6º enfermarias e a Irmã Nepomuceno para o rancho e lavanderia (BOLETIM INTERNO n° 100, de 29 de abril de 1948, p.291).

A atuação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo nos dispensários de saúde também é registrada tanto em documentos escritos, quanto em fotografias.

“Postos Médicos: Agosto – Neste mês se iniciou a fundação dos Postos médicos. Foram fundados catorze com gasto mensal de quarenta contos aproximadamente. O Exmo Arcebispo reuniu um grupo de pessoas abastadas para o financiamento dos Postos. As religiosas e várias pessoas caridosas entraram com seus serviços pessoais.” (Livro 189: Registro dos principais atos e fatos relacionados com a vida da Arquidiocese de Fortaleza (1/1/1942); p.25)

Leal (1992; p.162) explica que para a administração dos diversos postos médicos inaugurados pelo Clero cearense, na figura de D Antonio de Almeida Lustosa, fundou-se a Associação Protetora dos Doentes Pobres, através da qual eram reunidos fundos em dinheiro e adquiridos os bens necessários ao pronto atendimento dos necessitados. Data de 1945 o estabelecimento de treze dispensários em Fortaleza, dos quais sete ficaram sob supervisão das Irmãs Filhas da Caridade, sendo eles: Unidade de Saúde da Piedade, sob a direção das Irmãs do Colégio Imaculada Conceição; Posto São Vicente, no bairro da Pirocaia; Posto Santa Luisa, no Mucuripe; Posto São João, no bairro de São João do Tauape; Posto da Sagrada Família, no Bairro Vermelho; Posto La Salle, no bairro de Sallette; e Posto Santa Teresinha, no bairro Arraial Moura Brasil¹⁷.

A Casa do Menino Deus, obra do Padre Guilherme Waessen, de amparo as mães solteiras, fundada em 1956, foi também outra obra social da Igreja que ficou sob administração das Irmãs Vicentinas (LEAL, 1992; p.165).

¹⁷ Salienta-se que nenhum dos profissionais da saúde leigos recebia qualquer tipo de pagamento. Os médicos eram, quase todos, membros da Sociedade Médica São Lucas, entidade fundada em 1937 pelo Dr Lauro Vieira Chaves. (LEAL, 1992)

A existência de religiosas em hospitais não era algo restrito a Congregação das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, enfocando apenas na evolução do desenvolvimento do setor saúde no Ceará observa-se a presença de irmãs de outras Companhias atuando nos serviços de saúde dos estabelecimentos de saúde mais antigos deste estado. As Irmãs Terceiras Capuchinhas de São Francisco de Assis¹⁸ assumiram juntamente com as Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo a assistência aos enfermos cearenses na maioria dos estabelecimentos de saúde até meados de 1970, não se restringindo apenas aos serviços de enfermagem, mas responsabilizando-se também pelos serviços de nutrição, zeladoria, lavanderia, administração e até pela tesouraria em algumas destas instituições de saúde. Era comum nas instituições por elas assistidas, a existência de pavilhões que lhes servissem de residência. A partir de 1970, com a organização do setor saúde a nível nacional, com a implantação do INAMPS, inicia-se o processo de substituição das enfermeiras religiosas pelas enfermeiras leigas.

Referente à atuação de religiosas de outras congregações nos dispensários e postos de saúde da cidade, identificou-se a presença das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (Posto da Imaculada Conceição, no bairro Floresta; Posto Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, no bairro Carlito Pamplona), das Irmãs Capuchinas (Posto Santa Rosa de Viterbo, nas Cajazeiras; Posto São Francisco, no bairro do Antonio Bezerra) e das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado (Posto Nossa Senhora das Dores) (LEAL, 1992).

A contribuição das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo na formalização do ensino de enfermagem no Ceará

Embora desde 1890 existisse, no Brasil, Escolas de Enfermagem¹⁹, somente em 15 de fevereiro de 1943²⁰, 53 anos depois da fundação da primeira Escola de Enfermagem no Brasil, foi criada a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo (CCS, 2002), primeira escola para o Ensino de Enfermagem no Estado do Ceará (CEARÁ, 2003) e primeira Escola de Enfermagem do Nordeste (FRAZÃO, 1973); pelo Decreto n°133, de 24 de agosto de 1943, a EESVP, adquiriu personalidade jurídica e aos 9 de janeiro de 1946, por Decreto-Lei n°1.577, foi reconhecida de utilidade pública

¹⁸ A Companhia das Irmãs Terceiras Capuchinhas originaram-se, em 1928, no mundo e Brasil.

¹⁹ Em 27 de setembro de 1890, foi criada a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro. De fato, esta foi a primeira escola de Enfermagem brasileira, denominada hoje Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, pertencendo à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁰ Embora a data de fundação tenha sido esta, a primeira aula do curso de Enfermagem veio ocorrer em 25 de março de 1943 em uma sala disponibilizada pelo Patronato Nossa Senhora Auxiliadora, situado em frente às futuras instalações da Escola, na Avenida do Imperador, n°1367 (OSÓRIO, 2007).

(FRAZAO, 1973; p.2). No ano de 1946, foi equiparada a Escola Ana Nery de acordo com Decreto nº 21.855 - DOU 26/09/46 (MARQUES e TAVARES, 1991; p.7). Em 1955, agrega-se a Universidade do Ceará e em 1975 é encampada pela Fundação Universidade Estadual do Ceará, sendo a última turma formada pela EESVP em 1977.

A iniciativa de criação de uma Escola de Enfermagem no Estado do Ceará originou-se dos Cursos de Emergência de Voluntárias Socorristas e de Defesa Passiva Anti-Aérea, realizados no Patronato Nossa Senhora Auxiliadora, de 08 de outubro de 1942 a 02 de janeiro de 1943, com o patrocínio da Cruz Vermelha, organizado pela Irmã Margarida Breves, à época superiora do Patronato Nossa Senhora Auxiliadora. Os cursos destinavam-se às esposas dos oficiais das Forças Armadas e a algumas senhoras da sociedade de Fortaleza (OSORIO, 2007).

A coordenadora dos Cursos de Emergência de Voluntários Socorristas e de Defesa Passiva Anti-Aérea, Irmã Margarida Breves, foi quem lançou posteriormente a idéia da criação de uma Escola de Enfermagem no modelo “Anna Nery”, proposta essa considerada muito ousada para a época e local, tendo em conta a carência de recursos naquele meio. Conforme discurso de abertura, proferido pela Enf^a Francisca das Chagas Figueiredo, no XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1979, a Enfermagem técnico-científica no Ceará nascera de uma situação bélica.

“O Brasil em guerra com a Alemanha, despertou no coração da mulher cearense, o desejo de também elas empunharem a Bandeira da Pátria.”
(Enf^a Francisca das Chagas Figueiredo, discurso de abertura do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, 1979)

A Escola foi criada e era mantida com verba federal recebida ao final de cada ano letivo, com subvenções do governador e de outros políticos e com bolsas de estudo oferecidas às alunas pela Campanha Nacional contra a Tuberculose (OSÓRIO, 2007). Foi da Irmã Margarida Breves também a iniciativa de conseguir o aval da Associação São Vicente de Paulo para que esta se tornasse a mantenedora da nova instituição. (NÓBREGA-TERRIEN, ALMEIDA e SILVA, 2008a) Nesta etapa destaca-se a atuação da Irmã Antoniette Marie Clemence Blanchot, Provincial das Filhas de Caridade.

Pontua-se que a Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo, tendo a Irmã Margarida Maria Breves como Presidente do Conselho Consultivo da EESVP, o auxílio do Arcebispo Dom Antônio de Almeida Lustosa para a formação do corpo docente inicial, e o apoio de organizações religiosas, como do Patronato Nossa Senhora

Auxiliadora, que disponibilizou suas instalações de 1943 a 1945 para o funcionamento da Escola, e da Província Brasileira das Irmãs da Caridade São Vicente de Paulo, que custeou a construção da sede da Escola, inaugurada em 25 de março de 1945, com seis salas de aula; evidencia que a Enfermagem cearense em suas origens manteve forte ligação com a religião católica. Tal fato influenciou na formação oferecida as alunas, esta se baseou na preservação do hábito da solidariedade e da fraternidade humanas. Apenas com a Constituição Brasileira de 1981, onde ocorre a ruptura da Igreja com o Estado, houve a laicização profissional na Enfermagem (NÓBREGA-THERRIEN, ALMEIDA e SILVA, 2008b).

Conforme Osório (2007), aluna da turma de 1952 da Escola de Enfermagem de São Vicente de Paulo e autora do livro *Memórias de uma enfermeira*, de início as turmas eram formadas por apenas quatro a cinco alunas e exigia-se apenas o certificado do curso primário²¹. O maior número de candidatas provinha do Piauí e Maranhão, aumentando progressivamente. Naquela época havia possibilidade de se conseguir emprego com um salário razoável, principalmente nos hospitais da Campanha Nacional contra a Tuberculose. Nos primeiros seis meses do curso de Enfermagem as alunas tinham aulas de Microbiologia, Farmacologia além das Técnicas Básicas de Enfermagem e realizavam um estágio nesse mesmo período na clínica de mulheres da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza. Conforme a autora esse curso preliminar era útil para se conhecer e decidir sobre a permanência no curso de formação em Enfermagem. Expirado esse período quem permanecesse no curso de Enfermagem realizaria estágios em diversas áreas da clínica médica e saúde pública no período da manhã e a tarde assistiria às aulas de Drogas e Soluções, Enfermagem em Centro Cirúrgico, Enfermagem em Ortopedia, etc. Os estágios se realizavam nas diversas enfermarias divididas por áreas da clínica médica da Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza, no Isolamento em Porangabussu, na Casa de Saúde São Gerardo, no Hospital de Pronto Socorro da Assistência Municipal, na Maternidade Dr João Moreira, no Hospital Infantil Zezé Diogo, no Centro de Saúde do Estado, e no Hospital da Campanha Nacional contra a Tuberculose em Maracanaú.

Quanto ao corpo docente, destaca-se a atuação da enfermeira diplomada pela Escola Ana Neri, Catarina Cola (Ir Margarida Maria), como Diretora Técnica da EESVP e do médico Jurandir Picanço, que como Diretor Administrativo do Conselho

²¹ A partir do ano de 1955 as candidatas se submetiam a prova de seleção (OSORIO, 2007).

Consultivo, que conforme o discurso de abertura do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem de 1979, foi quem organizou o primeiro corpo docente da Escola, “que durante anos lecionou gratuitamente com o amor e a assiduidade de quem defende a boa causa”. Compuseram este corpo docente: os médicos, Jurandir Moraes Picanço, Edmilson Barros de Oliveira, João Estanislau Façanha, César Cals de Oliveira, Valdemar Alcântara, Vandick Ponte, Francisco Araújo Andrade, Raimundo Vieira, José Pontes Neto, Lauro Chaves, José Fernandes, Tarcísio Soriano Aderaldo, Trajano de Almeida e Padre Arquimedes Bruno; e as enfermeiras, Catarina Cola (Ir Margarida Maria), Maria Jose Santos (Irmã de Caridade), Maria Hercilia Fernandes Pequeno (Ir Cecília), Rosalie Albuquerque (Irmã de Caridade), Helena Correia (Irmã de Caridade), Catarina Fiúza (Irmã de Caridade) e Lisbeth Sales (enfermeira laica) (FRAZÃO, 1973).

Segundo Frazão (1973; p.2), em 26 de setembro de 1946, a Escola foi equiparada à Escola de Enfermagem Anna Nery, escola padrão no país conforme Decreto nº 21.855/46, após ter sido inspecionada pela enfermeira Laís Neto Reys, em 16 de julho de 1946²².

Aos 18 de dezembro de 1946, colava grau a primeira turma de enfermeiras da EESVP, constituída por cinco concludentes: Aldenora Martins Moura, Carmen Falcão de Sousa Leão, Maria Julieta Fernandes, Maria das Neves Bezerra e Raimunda Railda Bedê de Almeida.

No ano de 1953, 88 alunos concluíram o curso de Enfermagem, sendo este o curso que mais formara profissionais naquele ano no estado. (BRASIL, 1955; p. 232) Segundo Frazão (1973) o curso de graduação em Enfermagem destinava-se a formar enfermeiros para o exercício de funções que lhes eram próprias e atividades culturais, visando atender as necessidades crescentes dos programas de saúde da Região Nordeste e do País. Funcionava em três ciclos de estudos, correspondentes à parte básica, à formação profissional e às habilitações necessárias aos enfermeiros médico-cirúrgico, obstétrico ou o de saúde pública.

Em fevereiro de 1954 a fim de melhor atender as necessidades dos serviços hospitalares, a EESVP cria o Curso de Auxiliar de Enfermagem, que obtém seu reconhecimento oficial em 22 de julho de 1958, pelo Decreto nº44.052. A princípio

²² Conforme Monteiro (2009) em 1931²², por meio do Decreto nº 20.109, regulou-se pela primeira vez o ensino da Enfermagem, ao determinar que a Escola Anna Nery (RJ) tornar-se-ia a escola padrão de ensino de Enfermagem. Para tanto, as escolas oficiais e particulares que almejassem equiparação, deveriam atender a requisitos básicos nos moldes da escola padrão.

ingressavam nesse curso candidatos portadores do certificado primário completo, todavia após o reconhecimento oficial do curso passou-se a admitir apenas os alunos com certificado do curso ginásial completo.

Quanto ao reconhecimento social da profissão, ainda conforme o manuscrito de abertura do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem de 1979, observa-se que a sociedade à época da criação da EESVP considerava a enfermagem uma profissão pouco dignificante, concepção que fora modificada com a agregação da referida escola a Universidade do Ceará, em 1955, pois elevou a atividade para o nível de profissão liberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UMA REFLEXÃO INICIAL

A Congregação das Filhas da Caridade é uma das primeiras Ordens de religiosas de vida ativa a se estabelecerem no Brasil. As Irmãs destacaram-se nas áreas da educação e de evangelização da juventude e do povo de modo geral, uma necessidade imperiosa num país cuja população era em sua maioria analfabeta e carente de formação religiosa, sendo assim, é inegável a contribuição efetiva das Filhas da Caridade na formação da sociedade brasileira, sendo elas as pioneiras, ao criarem um tipo novo de presença religiosa feminina no período imperial, mais ativa e atuante, nas áreas caritativa e educacional. Destaca-se também sua contribuição no âmbito da assistência a saúde de enfermos e desvalidos.

Quanto ao nascimento da Enfermagem Profissional no Estado do Ceará a atuação de religiosas vicentinas foi de fundamental importância para a instalação do Curso mediante a fundação da EESVP, que possuiu como gérmen os Cursos de Enfermeiras de Emergência e de Defesa Passiva Anti-aérea ministrados no Patronato Nossa Senhora de Auxiliadora, instituição que também serviu de *locus* para a formação teórica da primeira turma de enfermeiras da EESVP.

FONTES DOCUMENTAIS

ALBUM HISTORICO DO SEMINARIO EPISCOPAL DO CEARÁ. Em comemoração as 'bodas de ouro' de sua fundação. Fortaleza, Ceará. 1914.

CAMPOS, Gerardo José. Colégio da Imaculada Conceição: do gênese ao apocalipse. Fortaleza: Tipogresso, 1999. 458p.

CUNHA, Lucy. A Companhia das Filhas da Caridade nas Origens: Documentos (1617-1660). 1993

DISCURSO de Abertura do XXXI Congresso Brasileiro de Enfermagem, em 1979, por Francisca das Chagas Figueiredo.

FRAZÃO, Eneida Schramm. *30 anos: Escola de Enfermagem São Vicente de Paulo 1943-1973*. Fortaleza: s.ed, 1973.

GONÇALVES, Geraldo Wilson da S. *Assistência Municipal de Fortaleza: primeiro quartel de século (1937-1962), de HPS a Instituto Dr Jose Frota*. Fortaleza: Programa Editorial da Casa Jose de Alencar, 1999. 415p.

LEAL, Vinícius Barros. *D Antonio de Almeida Lustosa: um discípulo do mestre manso e humilde*. 2ºed. Fortaleza: Gráfica Dom Bosco. 1992. 230p

MARQUES, Maria Anunciada Nunes; TAVARES, Terezinha de Jesus Lima. *Documento Diagnóstico do Curso de Enfermagem da UECE*, de setembro de 1991. Fortaleza: UECE. 32p.

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria; ALMEIDA, Maria Irismar; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Ensino de Enfermagem no Ceará de 1942-1956: a memória que projeta o futuro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.61. n.1. p. 125-130. jan/fev, 2008b.

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria; ALMEIDA, Maria Irismar; SILVA, Marcelo Gurgel Carlos da. Enfermagem no Ceará: fatos, reflexões e propostas para preservação da história e memória da profissão. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v.61. n.2. p. 258-261. mar/abr, 2008a.

OSÓRIO, Ivanilda Bruno. *Memórias de uma enfermeira*. Fortaleza: LCR, 2007.

PUGIOLI, Miguel Donzetti. *Família Vicentina no Brasil*. Curitiba: Vicentina, 2004. 178p.

REVISTA DO JUBILEU Ed Comemorativa: 50 anos de “idas e vindas” (1957 a 2007) Província de Fortaleza – Filhas da Caridade de S Vicente de Paulo. 31 de janeiro de 2007. 158 p.

SOARES, Maria Norma. *Roteiro para uma visita ao passado*. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense. 1990.

UCHOA, Waldery. *Anuário do Ceará (1953-1954)*. Imprensa Oficial do Estado. 521p. 1954.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jose Leopoldo Ferreira. *Hospital. Instituição e Historia Social*. São Paulo: Letras e Letras. 1991. 167p.

BARBOSA, Maria Abreu. *Hospital Municipal de Maracanaú 50 anos: reflexos das políticas nacionais de saúde em meio século de história*. Brasília: MS, 2005.

CEARÁ. Universidade Estadual do Ceará. *Histórico: Universidade Estadual do Ceará*. Disponível em: <<http://www.uece.br/uece/index.php/conheca-a-uece>>. Acesso em: 20 fev. 2010.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem*: Fortaleza-CE: Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará; 2002.

DUFFY, Brendan. Análise de Evidências Documentais. In: BELL, Judith. *Projeto de Pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais*. 4ºEd. Porto Alegre; Artmed, 2008. p. 107-118.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159p.

- LAKATOS, E M; MARCONI, M de A. *Fundamentos da metodologia científica*. 3°ed revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1991.270p.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. 3°ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994. p. 535-549.
- MAGALHAES JUNIOR, Antonio Germano. De Eva a Maria: os ideais de formação católica feminina na primeira metade do século XX no Brasil. In: CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. *Historia e Memória da Educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002. p. 77-92
- MONTEIRO, Bernardo Assis. Diretrizes e bases da educação nacional e escolas de Enfermagem na década de 1960: uma visão histórica. Dissertação (Mestrado) Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. 114p.
- PUGIOLI, Miguel Donzetti. *Família Vicentina no Brasil*. Curitiba: Vicentina, 2004. 178p.
- RAMPAZZO, L. *Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. 2°ed. São Paulo: Loyola, 2004.141p.
- SANTOS, I. E. dos. *Texto selecionado de métodos e técnicas de pesquisa científica*. 4°ed revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Impetus, 2003. 359p.
- TRUJILLO FERRARI, Antonio. *Metodologia da pesquisa científica*. São Paulo: Mc Graw Hill do Brasil, 1982.